

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2021/35797

REQUERENTE: ANA CÉLIA LOBO RAMOS >TECNICO JUDICIÁRIO

INTERESSADO: 3ª VARA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

ASSUNTO: Compra (material permanente e de consumo)

à DSP

Senhor Diretor,

Trata-se de processo que visa à aquisição de **TESTES PSICOLÓGICOS**, requerida pela Terceira Vara da Justiça pela Paz em Casa por meio do TJ-COI nº 2021/10205 datada de 24/08/2021 (fls. 02/03). No mesmo documento, a área demandante justifica o pedido.

Para adequada instrução processual, em obediência ao Decreto Judiciário nº 784/2014, verificamos que o material solicitado não está elencado na Tabela de Preços Referenciais do Poder Executivo do Estado da Bahia (fls. 07/11).

Em pesquisa de mercado, dentre as 16 (dezesesseis) empresas consultadas (fls. 14/33), 09 (nove) não responderam, 04 (quatro) responderam negativamente (fls. 40/44) e 03 (três) apresentaram proposta válida (fls. 34/39).

Conforme previsto na Instrução Normativa nº 073/2020 do Ministério da Economia (fls. 76/79), na Norma de Contratações deste PJBA (fls. 80/82), além da pesquisa direta com fornecedores descrita acima, realizamos buscas por preços em sítios eletrônicos especializados (fls. 45/46). Nessa busca, confirmamos que a melhor proposta de preço apresentada por fornecedor (fl. 38) está condizente com a realidade do mercado relevante.

É importante esclarecer que os preços de lojas virtuais servem apenas como parâmetro de comparação, pois não podem compor a concorrência em compras diretas já que, como informado nos próprios sítios eletrônicos, as lojas virtuais aceitam pagamento apenas por crédito, débito ou boleto bancário, não por empenho.

O Mapa de Preços com os valores apresentados segue anexado à folha 47 e os Relatórios de Pesquisa, à folha 13.

Destacamos que, na pesquisa realizada, a melhor proposta foi apresentada pela empresa **DH CONSULT EM DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA**, no valor total de **R\$ 1.294,00 (mil, duzentos e noventa e quatro reais)** (fl. 38).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Cumprir informar que o prazo de entrega estimado pela empresa supracitada é de 2 (dois) dias úteis (fl. 38), contados a partir da data de publicação da Autorização de Fornecimento de Material, no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

Com base em posicionamento da CTJUD sobre formalização das contratações (fls. 88/89), tendo em vista que o objeto deste processo não gera obrigação futura, ou seja, considerando que as obrigações da contratada cessam com a entrega dos materiais, informamos que as aquisições serão formalizadas por meio da Autorização de Fornecimento de Material - AFM.

Ressaltamos que a empresa que apresentou a melhor proposta encontra-se em situação fiscal regular (fls. 48/51) e sem impedimentos para licitar ou contratar com a SAEB e TJBA (fls. 53/55).

Sinalizamos que os comprovantes de autenticidade das Certidões de Regularidade da Dívida Ativa Federal, FGTS, Estadual seguem anexados junto às mesmas. Contudo, em relação à autenticidade das outras certidões anexadas, informamos que os respectivos sites oficiais emitem as próprias certidões para efeito de verificação, o que torna redundante sua juntada aos autos. Cumprir, então, destacar que essas certidões foram verificadas por esta CCOMP.

Foi também anexada aos autos a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida pelo TCU (fl. 52).

A empresa citada apresentou declaração (fl. 56) na qual afirma estar ciente das obrigações, caso seja declarada vencedora do presente processo de aquisição, e nega ocorrência de nepotismo, conforme Resolução do CNJ nº 07/2005.

O documento de oficialização da demanda encontra-se anexado aos autos à folha 75.

Após a instrução processual, atestamos que a documentação foi devidamente conferida e que constam nos autos as informações suficientes para análise da autoridade competente.

Diante do exposto, enquadrando-se a aquisição objeto deste Processo no limite previsto para dispensa de licitação, de acordo com os valores atualizados por meio do Decreto do Estado da Bahia nº 18.489 de 12 de Julho de 2018 (fls. 85/86) e do Decreto do TJBA nº 558 de 06 de agosto de 2018 (fl. 87); tendo em vista que a aquisição em tela não incorre nas vedações postas no Artigo 66 da Lei 9.433/2005, dado o seu caráter eventual e a necessidade iminente de uso, solicitamos a V.Sa. que, após análise, em caso de conformidade, proceda à classificação da despesa e à dotação orçamentária do valor supracitado, em favor da empresa acima referida.

Após, caso não haja ressalvas, sugerimos que os autos sejam encaminhados à Autoridade competente para que, fundamentada na legislação pertinente, seja





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

autorizada a aquisição mediante Dispensa de Licitação.

Em 01/09/2021

GUSTAVO QUEIROZ MORAES
CHEFE DE SEÇÃO

JOAO AUGUSTO PESSOA LEPIKSON
COORDENADOR DE COMPRAS

